

Discurso do presidente do Consea, Renato S. Maluf, no Seminário "Semana Mundial da Alimentação: os desafios para a segurança alimentar e nutricional e as respostas do governo brasileiro"

Data: 15/10/2008

Brasília, 15/10/2008

No âmbito da Semana Mundial da Alimentação, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional sedia nova iniciativa visando conferir visibilidade aos desafios hoje colocados para a soberania e a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação, no Brasil e no mundo. E o fazemos neste seminário promovido conjuntamente com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a representação no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Quero destacar, também, que nossa página na internet registra mais de duzentos eventos em quase todo o país que ocorrem durante esta Semana da Alimentação, com os Consea's estaduais tendo participação ativa em quase todos eles.

Em 29 de maio passado, o Consea se reuniu em plenária extraordinária para analisar o que então caracterizávamos como uma crise do sistema alimentar global. Os resultados daquela plenária se traduziram numa Exposição de Motivos com várias proposições submetidas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Um mês antes, em abril de 2008, outra exposição de motivos do Conselho já alertava quanto às prováveis repercussões da alta de preços dos alimentos e sugeria a imediata implementação de uma política nacional de abastecimento alimentar nos moldes da proposta elaborada pelo próprio Conselho ainda em 2005.

Tínhamos, também, a expectativa, afinal frustrada, de contribuir no posicionamento do Governo Brasileiro durante a "Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar" promovida pela FAO em Junho, na cidade de Roma, e em outros eventos internacionais relacionados com esse tema.

Ao retomarmos a discussão no dia de hoje, nossa intenção é atualizar o diagnóstico sobre o contexto internacional e nacional e apreciar as respostas que vêm sendo dadas pelo Governo Brasileiro, com vistas a identificar estratégias e políticas promotoras da soberania e da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação em nosso país e no mundo. Optamos pelo formato de um seminário para ganhar em flexibilidade na condução dos debates, mesmo com sacrifício da possibilidade de tomar de liberações formais do Conselho.

Não há dúvida que a atualização do diagnóstico deve começar pelo reconhecimento de que à crise do sistema alimentar global se sobrepôs uma outra crise de proporções ainda maiores, tida como uma das mais graves da história do capitalismo. Apesar das muitas incertezas acerca dos seus desdobramentos, a gravidade da crise econômica mundial não pode ser minimizada, cabendo-nos, portanto, ter em conta as repercussões dessa crise no campo alimentar e nutricional. Mas o Conselho deve ter também a perspectiva de apontar as contribuições para o seu enfrentamento que podem ser oferecidas pelas nossas referências principais - a soberania e a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação.

O Consea firmou uma compreensão que a alta havida dos preços internacionais dos alimentos refletiu mais do que um desajuste temporário entre a oferta e a demanda de alimentos. Subjacente a ela se encontra uma crise de natureza sistêmica que coloca em questão vários componentes do modelo global de produção, distribuição e consumo dos alimentos. O abastecimento alimentar em quase todos os países foi desestabilizado, gerando impactos na soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, nas iniciativas de inclusão social de parcelas significativas das populações carentes e na promoção do direito humano à alimentação.

O bom estado das contas nacionais brasileiras e, principalmente, a preservação de um conjunto de iniciativas e programas nas áreas sociais e de apoio à agricultura familiar permitiram, até o momento, atenuar os impactos negativos da alta de preços sobre as camadas mais pobres da população brasileira. Foi oportuno o rápido reajuste do valor da renda transferida pelo Programa Bolsa Família, assim como foi dada uma sinalização positiva de reafirmação do papel da produção familiar com o Mais Alimentos e a previsão de quase R\$ 1 bilhão para o PAA em 2009. Ainda temos a expectativa de que seja reajustado o valor per capita do programa de alimentação escolar, além das várias melhorias que advirão da esperada aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que reformula o programa.

No entanto, há um caminho a perseguir se quisermos superar os componentes iníquos e insustentáveis do modelo alimentar vigente. Isto é tanto mais verdade quando se considera que o quadro mundial (portanto, também o nacional) foi agravado e se tornou mais complexo com a recente crise econômica, pelo menos, por três razões. Primeiro, a esperada desaceleração da economia mundial terá repercussões negativas no emprego e na renda que serão tão mais graves quanto mais desprotegidas estiverem as populações afetadas. Segundo, o alastramento da crise de crédito dificultará a realização de operações essenciais à economia em geral e ao setor agroalimentar em particular.

Por último, mas não menos importante, a provável contenção dos gastos públicos ameaça a expansão das políticas sociais que têm sido, reconhecidamente, o principal fator determinante dos avanços já alcançados no que se refere ao enfrentamento da pobreza e da desnutrição. No caso do Brasil, esse conjunto engloba os aumentos reais no salário mínimo, a previdência e a assistência social, as transferências de renda e a alimentação escolar, ao lado do apoio à produção familiar. Em muitos países, é a ajuda internacional que poderá vir a ser reduzida.

Vejamos mais alguns elementos de contexto:

1. Os países do Norte constituem o epicentro da crise, porém, apesar disso, é provável que suas políticas (EUA e UE) continuem sendo decisivas no tocante aos fluxos comerciais mundiais de alimentos e aos acordos internacionais. Em condição oposta aos países tidos como desenvolvidos, a maioria dos países do Hemisfério Sul ainda arca com os ônus da opção pela liberalização comercial e desregulamentação dos mercados que reduziu o poder regulatório do Estado sobre os mercados domésticos.

2. Às políticas das grandes potências globais se soma o controle oligopólico exercido por reduzido número de grandes corporações sobre pontos estratégicos do sistema alimentar (sementes e insumos, comércio de grãos, indústria de transformação e redes de varejo). A regulação de natureza privada por elas imposta condiciona o alcance das desejadas transformações nos padrões de produção, distribuição e consumo de alimentos. Embora tenha passado o efeito da especulação financeira sobre os preços dos alimentos, estão sempre presentes as conseqüências da mercantilização dos alimentos e do avanço do capital especulativo sobre os mercados de produtos agrícolas.

3. A contínua elevação da demanda mundial estava entre os fatores determinantes da alta dos preços dos alimentos. Pode ocorrer de essa pressão sobre os preços deixar de existir por conta da anunciada desaceleração econômica. Trata-se de uma má razão, já que boa parte dessa demanda por alimentos provinha das camadas mais pobres que podem ficar sem seus empregos ou verem sua renda diminuída. O fato de os preços dos alimentos ao consumidor terem parado de subir não é suficiente, porém, para provocar um barateamento relativo da alimentação cujo custo, até o momento, se estabilizou em patamares elevados. Isto é o que ocorreu no Brasil. Assim, a limitação no acesso aos alimentos derivada desse encarecimento pode repercutir no estado nutricional e na saúde da população em função das perdas da diversidade e da qualidade nutricional de sua alimentação.

4. A condição do Brasil de ser um grande exportador de produtos agrícolas tem levado a que se coloque ênfase no fato de o país ser um dos principais beneficiários dessa conjuntura. O

Consea tem insistido que esta ótica mercantil estrita não enfrenta as questões envolvidas na crise do sistema alimentar global, começando pelos impactos do próprio modelo agrícola que está na base de boa parte das exportações mundiais: produções intensivas em agroquímicos, de larga escala, altamente mecanizadas, concentradoras de terra e renda e que utilizam pouca mão de obra. O aprofundamento desse modelo, como vem sendo proposto, tem repercussões sócioambientais imediatas e na própria condição do planeta a médio e longo prazo. Além disso, compete ao Brasil corresponder às responsabilidades internas e internacionais derivadas da notoriedade que adquiriu em várias áreas afetas à segurança alimentar e nutricional.

Um dos fatores que confere condição diferencial ao país é estar em pleno processo de construção de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, recém instituído em lei, de modo que suas instâncias nacionais (Consea e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional), junto com as congêneres estaduais e municipais, devem ter papel destacado nas atuais circunstâncias.

Com o intuito de contribuir para os debates do dia de hoje, quero concluir acrescentando alguns outros desafios que nos cabe enfrentar:

1. A superveniência de uma crise econômica com a dimensão da que recém se instalou no mundo desenvolvido, nos leva a destacar a necessidade não apenas de preservar, mas sim de ampliar o conjunto das políticas sociais e dos programas de apoio à agricultura familiar, aos pequenos empreendimentos urbanos e à economia solidária. Em lugar de destinar recursos públicos para salvar banqueiros e demais especuladores, e também seus bem remunerados gerentes, tais políticas e programas são promotoras de direitos essenciais (como o direito à alimentação), além de terem reconhecido papel dinamizador das economias locais e regionais.

2. Das proposições já encaminhadas pelo Consea ao Governo Federal em manifestações anteriores, cabe insistir na necessidade de formular e implementar uma política de abastecimento alimentar nos moldes da proposta apresentada pelo Conselho ainda em 2005. Seu objetivo é ampliar o acesso a alimentos de qualidade, promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade de hábitos alimentares da população, em simultâneo à promoção da agricultura familiar de base agroecológica, aproximando produção e consumo com base em circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

3. Para além das fronteiras nacionais, o exercício da presidência pro tempore do Mercosul pelo Brasil neste momento permite-nos estimular a incorporação da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito à alimentação na agenda de cooperação dos países membros e associados ao bloco. Uma visão regional de abastecimento alimentar, o apoio às

respectivas agriculturas familiares, a cooperação em programas públicos e a criação de espaços de participação social análogos ao Consea nos demais países e no próprio bloco são alguns dos itens possíveis dessa agenda.

5. No que se refere aos desafios colocados pelos agrocombustíveis, um dos temas sugeridos pela FAO para serem debatidos em 2008, o Consea irá abordá-los em sua próxima plenária a ser realizada no dia 29 de outubro. Temos procurado trabalhar as interfaces entre as referências da segurança alimentar, segurança energética e segurança hídrica, todas elas perpassadas por uma visão de soberania. A compatibilidade da agroenergia e a produção de alimentos tem requisitos estritos de regulação pública e requer sua abordagem no plano dos territórios que é onde se manifestam os eventuais conflitos e relações de substituição. Sem desconhecer os importantes problemas sociais e ambientais há tempos associados à monocultura da cana-de-açúcar. Farão parte do nosso debate a avaliação das oportunidades oferecidas pela agroenergia para os agricultores familiares, num modelo descentralizado e de agricultura diversificada.

6. O outro tema sugerido pela FAO diz respeito ao fenômeno das mudanças climáticas que deverá ter importantes impactos sobre a produção de alimentos no mundo. Para além da dimensão produtiva, devemos nos interessar, particularmente, pelas populações que estarão mais vulneráveis aos seus efeitos. Esse seminário nos oferece a oportunidade de inserir o tema das mudanças climáticas na agenda de discussões do Conselho. Isto se justifica não apenas pela relevância indiscutível do assunto, mas também pela contribuição específica que a nossa ótica pode contribuir para a discussão desse problema. Afinal, como já dizia

Josué de Castro, os alimentos são o principal elo de ligação entre o ser humano e o quadro regional que habitam, o que o levou a colocar os alimentos como a principal referência para o estudo da ecologia. Creio que é disso que se trata.